

**NAZIAZENO BARBOSA,  
UM HOMEM PROFUNDAMENTE CORDIAL  
NA OBRA DE DYONÉLIO MACHADO**

Aline Pereira Gonçalves (UERJ)  
[aline.uerj@ymail.com](mailto:aline.uerj@ymail.com)

Ao observarmos Naziazeno Barbosa, protagonista de *Os ratos*, e o modo como ele lida com as pessoas e com seus próprios problemas, estamos diante de um paradoxo existente na sociedade brasileira, que, conforme nos dizem Mauro Gaglietti e Márcia Helena Barbosa: “está relacionado ao fato de que esse sistema social apresenta valores modernos sem, no entanto, abandonar um conjunto de práticas (e ideologias) tradicionais, que continuam se reproduzindo e governando *relacional e hierarquicamente* o cotidiano” (GAGLIETTI; BARBOSA, 2006, p. 29-30). Em outras palavras, seria aquilo a que Roberto DaMatta, em *Carnavais malandros e heróis* (1979), chama de “dilema brasileiro”: “como se o universalismo moderno fosse demandado em público, enquanto o particularismo continuava a funcionar nos planos pessoal e privado” (*Ibidem*).

Desse modo, as relações sociais na esfera pública – nas ruas, no trabalho, nos bondes, nos Cafés etc. – demandariam, na cidade grande, um comportamento de acordo com as noções burguesas objetivas de universalismo e individualismo. Contudo, haveria, para esse espaço, uma expansão do modelo de relação presente no ambiente particular, de tradição patriarcal, onde vigeriam as “regras da casa”. Com esse deslocamento referencial, são inevitáveis os episódios em que se confundem os modos de conduta de um e outro ambientes, o que pode gerar dificuldades de convívio.

O protagonista, desafinado com a cidade, revela manter ainda muitos de seus referenciais herdados da vivência interiorana, e é deles que se vale ao se encontrar em situação de dificuldade. Parece ficar perdido em um meio de caminho entre as noções de convivência no interior e na cidade. Tende a procurar na afetividade a solução para seu problema financeiro. Parte do princípio de que pode contar com a simpatia dos demais por sua situação e esperar que daí venha a ajuda de que precisa, sem se dar conta de – ou sem acreditar – que

poderia tentar resolver por meios objetivos suas próprias questões. E o mais importante é percebemos que não se trata de um episódio isolado, mas sim da maneira como ele conduz sua vida, de modo geral.

No comportamento de Naziazeno, segundo Vecchi, o autor vem trabalhar uma noção muito importante para o estudo da sociedade brasileira moderna: “Dyonélio trabalha com a ideologia da cordialidade que Sérgio [Buarque de Holanda] estuda [...], num sentido fortemente crítico” (VECCHI, 2009, p. 14).

A princípio, é interessante analisarmos a ideia de “homem cordial”, que, muitas vezes, é compreendida como se fosse uma atribuição de bondade, passividade, generosidade e elementos afins, como características inatas do povo brasileiro. Apesar de amplamente difundida, essa reinterpretação do termo de Sergio Buarque de Holanda, presente em *Raízes do Brasil* (1936), elimina muito de sua significação, chegando mesmo a contradizê-la em alguns aspectos fundamentais. Vejamos como Antônio Cândido nos apresenta o “homem cordial”:

O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio de comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O “homem cordial” é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários (CANDIDO, 1991, p. XLVI).

Logo, o “homem cordial” é aquele que tende a agir mais orientado pela afetividade que pela objetividade, inclusive dissimulando afetos nos momentos em que assim for conveniente. Por isso a bondade, associada à cordialidade, incorre em erro, pois a afetividade pode ser também de caráter tido como negativo, ou pouco ético. Outro aspecto é que esse homem leva as coisas sempre para o lado pessoal, e, por isso, tem extrema dificuldade de se adaptar às situações em que as posições e tomadas de decisão devem ser absolutamente impessoais, baseadas em regras gerais.

Segundo nos diz Holanda (HOLANDA, 1991, p. 101-112), ao observarmos o estudo da história social, percebemos que, nas velhas corporações de mestres e aprendizes, todos se organizavam como em uma família, compartilhando “privações e confortos”, e obedecendo

a uma hierarquia natural. É no moderno sistema industrial que há uma separação espacial entre patrão e empregados, gerando a supressão da atmosfera de intimidade e suscitando os antagonismos entre as classes. Com isso, as relações humanas foram basicamente substituídas por números, com a eliminação dos laços de sangue e de afeto. Por isso, um meio de melhorar a adaptação dos indivíduos ao modo de vida moderno seria afastá-lo ao máximo de sua comunidade doméstica, para que ele se liberte de seu sistema de valores e adquira a individualidade necessária para a vida prática na sociedade moderna. Vejamos um trecho de *Os ratos*, em que Naziazeno, ao se afastar do núcleo doméstico, sente-se diferente:

Sente-se outro, quer lutar. Longe do bonde (que é um prolongamento do bairro e da casa) não tem mais a “morrinha” *daquelas* idéias... Naquele ambiente comercial e da bolsa de mercado, quantos lutadores como ele!... Sente-se em companhia, membro lícito de uma legião natural (MACHADO, 1966, p. 15).

Após a viagem de bonde, Naziazeno salta e decide se dirigir a um café para pensar na estratégia para obter os cinquenta e três mil réis de que necessita. Mal o bonde para, e o funcionário já se encontra “maltratando a porta de saída com pequenos pontapés impacientes” (*Ibidem*, p. 14). E, ao fazê-lo, sente-se como que liberto da “morrinha” da casa, que se estende ao bonde. Já no ambiente urbano, vê-se mais forte, mais um lutador na guerra capitalista, pronto para o combate. Ao lermos esse trecho, logo no terceiro capítulo, podemos até imaginar que Naziazeno vai arregaçar as mangas e partir em busca do que precisa, mas, conforme continuamos acompanhando sua jornada, percebemos o quanto de falacioso havia em sua colocação, em que dizia sentir-se “em companhia, membro lícito de uma legião natural”. Na verdade, o funcionário sente-se só – com essa solidão amenizada pelos companheiros – e membro estranho de um conjunto que lhe foge à compreensão e às capacidades.

No Brasil, onde a cultura é tão fortemente marcada pela tradição dos estreitos vínculos patriarcais, torna-se muito difícil para os indivíduos a adaptação ao espaço moderno, em que há o “triunfo de certas virtudes *antifamiliares* por excelência” (HOLANDA, 1991, p. 104), segundo Holanda, devido às heranças comportamentais que carregam consigo, aprendidas no ambiente familiar, estranhas, por exemplo, às noções de “iniciativa pessoal e [...] concorrência entre os

cidadãos” (*Ibidem*). Ao contrário da vida no campo, não basta produzir o que se consome – ou o suficiente para obter o que se consome –, mas há a ideia da produção sempre crescente, do progresso, do enriquecimento, da superação dos patamares, e assim por diante.

A ideia da cordialidade espraia-se, naturalmente, também para a esfera do trabalho, do emprego. Nesse padrão de relação, o funcionário atua em seu cargo, geralmente conseguido pela confiança pessoal de quem o contratou e não por meios objetivos de seleção, visando aos seus interesses e metas pessoais, em lugar de ter como foco o benefício comum dos cidadãos, o que ocorreria num Estado burocrático legítimo, denominemos assim. Logo, há uma transferência do modelo de relação afetiva do núcleo íntimo para a esfera pública, segundo Holanda:

[...] as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas (*Ibidem*, p. 106).

Um bom exemplo dessa relação de “vida doméstica” transferida para o espaço das instituições democráticas no romance estudado é o modo convicto de Naziazeno crer na solicitude do diretor, ao saber de seu mais novo aperto financeiro. Em momentos, tem certeza de que o empréstimo, a exemplo do anterior, será feito com muita prontidão, baseando-se na expectativa da simpatia do superior por sua situação. Antes de fazer o pedido, pensa: “Não pensou como vai abordá-lo – se a sós com ele, se diante dos outros. Tudo aquilo. Tudo aquilo é simples, tão familiar... ‘*Eu compreendo essas coisas, Naziazeno...*’” (MACHADO, 1966, p. 37). O funcionário tem certeza de que receberá de seu diretor a absoluta compreensão e, conseqüentemente, o auxílio de que precisa, sem maiores complicações, e aposta na familiaridade da situação – do empréstimo repetido e da aproximação afetiva – para que tudo seja facilmente resolvido.

A postura cordial vem no sentido oposto à noção de polidez, uma espécie de “mímica deliberada” (HOLANDA, 1991, p. 107), que seria usada como um modo de manter certa proteção de si diante da sociedade, já que se adotam posturas padronizadas que permitem que a subjetividade e a afetividade permaneçam privadas. Mas é importante perceber que o comportamento cordial, de “manifestações

externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez”, conforme nos disse Antônio Cândido anteriormente, também são passíveis de serem convenientemente padronizadas, de modo a constituírem máscaras, com as quais “o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social” (*Ibidem*, p. 107-108), como nos diz Holanda.

No mundo dos negócios, tal cordialidade cênica vem bem a calhar, já que simula uma relação afetiva entre os envolvidos, amortecendo a aridez de uma transação puramente financeira. Em *Os ratos*, há um bom exemplo dessa questão, quando Naziazeno e Justo Soares se encontram caminhando pelas ruas:

Passa junto dele um conhecido (Como é? Como é o nome desse rapaz? Justo Soares!) – com quem chegara a ter relações um tanto estreitas, e que agora não o cumprimenta mais. O seu olhar procurou apoio aqui e ali, ele teve de voltar a cabeça para um e outro lado, meio atarantou-se, para fugir ao cumprimento. Conhecera o Justo Soares a propósito daqueles “metros cúbicos de recalque” um pouco intrincados. Fizera-se intimidade entre eles (Justo é um rapaz muito agradável). Felizmente tudo se solucionou e já faz algum tempo. Agora Justo Soares não o cumprimenta mais: é que certas amizades se extinguem quando se extinguem os negócios que as originaram. E é razoável. Quantos “conhecidos” seus nessas condições ele poderia rememorar!.. (MACHADO, 1966, p. 38).

Observamos que Justo Soares avista Naziazeno e faz de tudo para evitar contato visual com ele e um conseqüente cumprimento, apesar de no passado, devido aos negócios, ambos terem chegado a estabelecer uma relação de aparente amizade. Mas, ao contrário do que se poderia imaginar, o funcionário não fica surpreso com a indiferença – que também é representada, haja vista o empenho de Soares para desviar o olhar – do outro, pois entende que isso é uma prática comum no mundo dos negócios – “é que certas amizades se extinguem quando se extinguem os negócios que as originaram” –, ou seja, Naziazeno está ciente de que são essas as regras do jogo: no espaço das negociações financeiras, certas relações afetivas são simuladas simplesmente com o intuito de favorecê-las, e esse é seu prazo de validade: com o fim da transação, não há vontade que sustente o vínculo estabelecido para esse propósito, e esse é desfeito para que outro, agora já mais conveniente, seja formado.

De um modo geral, tais manifestações não legítimas vêm funcionar de acordo com um código de comunicação corrente e aceito

para se tentar alcançar objetivos específicos nas interações. Em suma, com o conhecimento prévio de que, no Brasil, as relações se dão, quase que em unanimidade, sob os traços da cordialidade, acaba sendo muito mais eficiente escolher essa postura à de uma polidez britânica, por exemplo, para se fazer entendido e atendido em uma situação.

A forma de organização da sociedade brasileira, em que o universalismo burguês acaba sendo fortemente permeado pelas práticas cordiais, acaba abrindo espaço para a valorização de outros elementos além do dinheiro em si: Desse modo, “favores, gentilezas e pedidos” acabam também se tornando moeda de troca, e dando poder àqueles que sabem tirar partido desses recursos que correm em paralelo ao dinheiro propriamente dito. Já nosso pobre diabo parece realmente não conseguir se utilizar desses “muitos códigos e diversas regras”, ao contrário de seus companheiros e, na maior parte das vezes, acaba por enfiar os pés pelas mãos. Um exemplo dentre os inúmeros em que isso ocorre com nosso protagonista é quando ele tem certeza – “Impossível de que o diretor não o desaperte” (*Ibidem*, p. 15) – de que o diretor lhe emprestará novamente uma quantia, com muito boa vontade, a exemplo do pedido anterior para custear o tratamento médico do filho, e de que será novamente “salvo pela bondade dos homens” (*Ibidem*, p. 21). Para alcançar tal objetivo, ensaia mentalmente qual seria a abordagem mais convincente:

“– *Doutor, vejo-me outra vez forçado a recorrer...*” – Não! isto é vago, *geral*. Deve dizer o fato, o que se passa. “– *Doutor, imagina a minha situação, o meu leiteiro...*” – Não! Não! Trivialidade... uma trivialidade... “– *O meu filho, doutor!...*” – Outra vez o teu filho, Naziazeno... sempre o teu filho... (*Ibidem*, p. 17).

Outro traço interessante da cordialidade brasileira é a dificuldade encontrada para se manter uma relação de hierarquia ou reverência por um tempo prolongado, o que seria, na verdade, mais um desdobramento dessa noção de que “permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal” (HOLANDA, 1991, p. 107), conforme Holanda. Isso se dá porque, no modo de se relacionar com o outro, o brasileiro está sempre na expectativa de estabelecer alguma intimidade, algum laço que tenda para o afetivo, não conseguindo sustentar confortavelmente por muito tempo uma relação neutra e objetiva. Um bom exemplo é a tendência que temos em usar o primeiro nome,

em lugar do nome de família, no tratamento social, ainda que o contato demande formalidade. Segundo Holanda, “Seria talvez plausível relacionar tal fato à sugestão de que o uso do simples prenome importa em abolir psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes umas das outras” (*Ibidem*, p. 109). Mais um sinal do “horror às distâncias que parece constituir [...] o traço mais específico do espírito brasileiro” (*Ibidem*, p. 110).

Em *Os ratos*, é fácil identificarmos nem tanto a questão do uso do prenome – já que encontramos exemplos mais cerimoniosos, tais como Fraga, Andrade, Mondina, Costa Miranda, Mr. Rees, entre outros –, mas a dificuldade de manutenção da formalidade em situações em que é demandada. Temos, por exemplo, a já referida apelação de Naziazeno ao sentimento do diretor para a concessão do novo empréstimo. Talvez daí a surpresa tão grande de Naziazeno ao ouvir a negativa do diretor:

– O sr. pensa que eu tenho alguma fábrica de dinheiro? (O diretor diz essas coisas a ele, mas olha para todos, como que a dar uma explicação a todos. Todas as caras sorriem.) Quando seu filho esteve doente, eu o ajudei como pude. Não me peça mais nada. Não me encarregue de pagar as suas contas: já tenho as minhas, e é o que me basta... (Risos) (MACHADO, 1966, p. 37).

Dessa vez, a postura do diretor foi bastante dura e racional: ele já houvera sido generoso uma vez, e isso não significava que aquilo se tornaria um hábito. É fácil perceber o modo como Naziazeno tomou todo aquele episódio como um ataque pessoal, como uma forte agressão, a partir da maneira como a lembrança se fixa em sua mente:

Tudo mais desapareceu da cabeça de Naziazeno: só ficou o diretor, com o olhar aceso e a cara de pedra, dizendo-lhe *aquilo*. Os risos do Dr. Rist e dos outros, as fisionomias enrugadas de prazer, haviam-lhe chegado ao olhar e à compreensão como coisas soltas no espaço, sem “fundo” e sem meio ambiente; curvada sobre ele, dura e estranha, a pessoa do diretor enche-lhe toda a visão... (*Ibidem*, p. 38).

Naziazeno sente imensa decepção ao ter seu pedido negado, mas não interpreta aquela situação toda como uma simples negativa a uma solicitação de empréstimo. Como tinha a certeza de que conseguiria, baseado no fato de estar seguro a respeito da simpatia que o

diretor sentia por sua situação, sente-se pessoalmente renegado, abandonado. Vê o diretor como alguém com quem estabeleceu um laço de confiança e dependência, a partir do primeiro empréstimo solicitado, e não imaginava que esse vínculo se romperia. Há aí uma desproporção marcante entre o fato em si e o modo como Naziazeno o lê, principalmente se lembrarmos de que o diretor era apenas sua primeira tentativa no dia, e que a garantia de empréstimo só existia, na verdade, em sua imaginação.

Nessa situação, Naziazeno cria uma versão quase infantil do evento, na qual o diretor toma forma de um monstro aterrorizante, enorme, com traços demoníacos como “o olhar aceso e a cara de pedra”, que se curva sobre ele como quem o vai devorar. Enquanto a criatura horrenda diz “*aquilo*” – que, de tão terrível, passa a ser indizível –, todos os demais agem como seus cúmplices, e riem de Naziazeno com suas caras deformadas pelo prazer da graça que há em sua humilhação, em seu desalento solitário, isolado no meio da cena. E tudo isso é tão arrebatador, que “Tudo mais some da cabeça de Naziazeno”.

Holanda nos traz ainda outra característica do homem cordial, que seria uma espécie de imaturidade, expressa pela incapacidade de viver por sua própria conta: “No ‘homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência” (HOLANDA, 1991, p. 108). Logo, ao trazer para a convivência cidadina, mais objetiva e individualista, os traços de afetividade da vida doméstica, o homem cordial acaba por estabelecer laços que podem sustentá-lo – em sentido amplo – nos momentos em que não crê poder contar somente com os próprios recursos, sejam financeiros ou psíquicos.

No caso de Naziazeno, a relação de dependência que desenvolve com os companheiros é o que vai lhe dar suporte em toda a narrativa, e sua presença, apesar de não encerrar seu sentimento de solidão, ameniza-o – “Alcides ali na sua frente, ele não se sente tão só” (MACHADO, 1966, p. 29). Longe deles, Naziazeno encontra-se solitário, em meio à multidão hostil da cidade – “Acha-se sozinho. Aquela multidão que entra e sai pela enorme porta do café lhe é mais do que desconhecida: parece-lhe inimiga” (*Ibidem*, p. 17).

Esses são apenas alguns dos pontos de *Os ratos* em que podemos observar de forma rica a presença do estudo sobre a cordialidade brasileira de Sérgio Buarque de Holanda. Fica, desse modo, um convite ao leitor, para que chegue mais perto dessa obra da literatura brasileira, ao mesmo tempo tão instigante e tão esquecida.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, A. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

GAGLIETTI, M; BARBOSA, M. H. S. *A brasilidade no entrelugar: leituras de Dyonélio Machado e Sérgio Buarque de Holanda*. In: *Letras hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 41, n. 3, p. 29-36, set. 2006.

GONÇALVES, Aline Pereira. *O rato que vê, o olho que rói: um estudo multifocal de Os Ratos, de Dyonélio Machado*. Dissertação de mestrado em literatura brasileira. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010, 109 f.

HOLANDA, S. B. de. O homem cordial. In: \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

MACHADO, Dyonélio. *Os ratos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VECCHI, R. Ratos cordiais e raízes daninhas: formas da formação. In: PESAVENTO, Sandra. *Leituras cruzadas: diálogo da história com a literatura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Disponível em: <[www.unicamp.br/siarq/sbh/Ratos\\_Raizes.pdf](http://www.unicamp.br/siarq/sbh/Ratos_Raizes.pdf)>. Acesso em: nov. 2009.